

Trabalhador reagirá com greve

Jair Meneguelli, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores: "A explosão de greves em todo o País, a partir de agora, será uma reação natural do trabalhador, que mais uma vez está sendo prejudicado. O próprio governo, já prevendo que as novas medidas empurrariam o trabalhador para as greves, anunciou a nova Lei de Greve, que cria instrumentos para reprimir os movimentos grevistas. O governo não teve coragem de discutir as mudanças com os trabalhadores, e, como fazia a ditadura, recorreu ao decreto-lei".



Unhas cravadas na classe média

Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro: "Estão cravando as unhas na classe média. E nos grandes empresários? Este novo pacote só vai agravar os danos do primeiro pacote contra as classes mais pobres. O povo vai sentir, no seu dia-a-dia, na sua casa, frente às suas necessidades, às suas aspirações, estas restrições, estes sacrifícios que o governo federal está impondo a todos sem ouvir ninguém e sem estar credenciado para isso".

Um empréstimo insconstitucional

Osvaldo de Moraes, especialista em Direito Tributário: "O empréstimo compulsório instituído no dia 23 é insconstitucional. Ele somente poderia ser exigido não neste exercício mas sim no próximo exercício de 1987. O empréstimo sobre a gasolina e o álcool contraria a Constituição porque o seu resgate tem por parâmetro o valor do consumo médio, verificado por ato da Secretaria da Receita Federal; e o empréstimo sobre compra de veículos contraria porque tem por parâmetro a pauta de valores de veículos usados, também fixada pela Receita. Tais valores só poderiam ser fixados por lei".

É de se esperar um aumento nos preços

Carlos Falkenberg, presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais: "O empréstimo compulsório aumentará o custo efetivo da gasolina e do álcool, aumento esse que deverá ser transmitido a toda a economia. Entretanto, esse impacto não deverá ser registrado pelo IPC. Uma conta rápida pode mostrar a dimensão do problema. O preço da gasolina e do álcool será elevado em 28%. Como esse item gera cerca de 0,5% na inflação, por seus efeitos diretos, é de se esperar um crescimento de 1,4% nos preços".

Solução Simplicista Para a Gula Estatal

Samuel Schubert, presidente da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas: "As medidas do pacote representaram uma solução simplista para financiar a gula da máquina estatal. Pelo fato de o governo sentir-se forte para tomar medidas desse peso e de consequências ainda não bem definidas, podemos ser vistos como uma sociedade fraca que não conseguiu agir com a pressão devida para fazer a necessária redução do déficit público".

Um Perigoso Precedente



João Carlos Paes Mendonça, presidente da Associação Brasileira do Supermercado: "Hoje é o automóvel, a gasolina, a viagem, o dólar. E amanhã? Este é um precedente perigoso. Com o compulsório, o governo tirou recursos de quem poderia geri-los para ele próprio arcar com esta tarefa. Agora, resta saber se as pessoas estão dispostas a abrir mão deste direito de administrar seus recursos. Enquanto os problemas do déficit público, da agilidade da máquina administrativa e da seletividade de investimento não estiverem resolvidos, os objetivos não alcançarão o nível desejado".

Benefícios ao povo brasileiro

Franco Montoro, governador de São Paulo: "O pacote não tem caráter recessivo e demonstra o esforço que o governo está fazendo para adaptar as medidas à realidade. O pacote anti-inflação não pediu sacrifícios. Trouxe benefícios incontestáveis ao povo brasileiro, representados pelo fim da inflação e por uma economia em que os preços das mercadorias não aumentam todos os dias".

O Brasil, em uma encruzilhada

Ronaldo Costa Couto, ministro do Interior: "O Brasil está diante de uma encruzilhada histórica: ou segue a rota da mediocridade e do subdesenvolvimento, ou construímos um país à base de sacrifícios. As medidas vêm pôr um fim aos desniveis regionais, pois o governo resgatou a dívida social sem recorrer aos tradicionais instrumentos de arrocho salarial, emissão de moeda e colocação de títulos da dívida pública ou empréstimos externos".

Reflexos negativos sobre fluxo turístico

João Dória Júnior, presidente da Empresa Brasileira de Turismo: "A taxação de 25% sobre os dólares comprados para a viagem ao Exterior poderá causar um reflexo negativo no fluxo do turismo estrangeiro para o Brasil, como o ocorreu em 1976, quando o Brasil sofreu um grande boicote por parte de alguns países inconformados com o emprego compulsório que atingiu os viajantes. Defendi a criação do dólar-turismo, que acabaria com a especulação, na medida em que mantém todas as operações de câmbio sob controle do governo".

Transparência na aplicação de recursos

Karlos Rischbieter, ex-ministro da Fazenda: "É melhor discutir crescimento do que recessão. A concepção do Plano de Metas me agrada muito e se houver erros na captação da para corrigir. Era preciso assegurar recursos para sustentar o crescimento econômico e ao mesmo tempo estava difícil conter a fome de consumo do brasileiro, depois de todos esses anos de recessão. É preciso, porém, assegurar transparência na aplicação dos recursos, que devem ficar sob controle direto da Presidência da República".



Um verdadeiro "rapa" na sociedade

Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo: "O presidente Sarney, que havia prometido, como Tancredo Neves, não governar com decretos-leis, não fica constrangido em lançar mãos deles toda vez que precisa cobrir o rombo das despesas públicas. Ao invés de estudar um plano de austeridade dentro de casa, com cortes drásticos, eliminando os setores inefficientes, o governo, ao contrário, faz um verdadeiro rapa na sociedade, levando os contribuintes a arcar com os desmandos de uma administração incapaz".

A Recessão Seria Pior

Miguel Colassuono, presidente da Ordem de Economistas de São Paulo: "O governo perdeu, mais uma vez, a oportunidade de demonstrar qual o sacrifício de redução de gastos que ele mesmo está disposto a fazer para dar a sua contribuição ao plano. Errou também ao taxar as viagens ao exterior, medida antipática e inócuia, como o depósito compulsório já provou ser no passado. Com relação aos combustíveis, temos de ser realistas: a medida não é agradável, mas a recessão seria pior".

Um Plano Nacional de Estatização

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa Mercantil & Futuros: "Este governo pelo menos é honesto. Divulga um Plano Nacional de Estatização, que prefere chamar de Plano Nacional de Desenvolvimento. Os governos anteriores estatizaram sem divulgar o plano. O fundo constituído pelo empréstimo compulsório servirá para financiar o déficit público e para empresas estatais escoarem suas ações e debêntures. É um fundo descompromissado com rentabilidade e pode absorver qualquer coisa".

A Efetivação de um Compromisso

Abram Szajman, presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo: "O Plano de Metas representa a efetivação de um compromisso socio-econômico do governo da Nova República e a definição dos horizontes das iniciativas empresariais.

riais. Ele é, antes de tudo, lógico. Quando muitos esperavam um pacote de medidas conjunturais para conter a demanda, o governo mostrou que não está preocupado com este fenômeno, já em processo natural de ajuste. Ao invés disso, lançou as bases de um programa de investimentos para dotar o País da necessária infra-estrutura para suportar seu crescimento".

Dólar deve cair no paralelo

Fernando Carramaschi, presidente da Associação Nacional das Corretores de Valores: "Um aspecto importante desse pacote é o restabelecimento dos juros reais para as aplicações financeiras. Temos três instrumentos que indicam claramente esse interesse do governo em melhorar o rendimento dos investimentos para combater a demanda de bens e serviços: a redução do imposto para CDBs acima de 60 dias; a criação da caderneta de poupança com remuneração variável; e a proposta de criação de um fundo mútuo de investimento ao portador. Com isso, o dólar deve cair no paralelo".

Nenhuma novidade para as Bolsas

Eduardo Alfredo Levy Júnior, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo: "Não foi enfrentada a causa central do desajuste econômico, o déficit público. O pacote ficou na periferia e limitou-se ao casuismo. Para as bolsas de valores não houve novidade e o mercado será muito pouco afetado. Mesmo a possível criação do fundo para operar com recursos externos não deve gerar expectativas falsas porque sua implantação será lenta, a conquista de credibilidade junto aos investidores externos é demorada".

Dar a quem consome menos

Américo Osvaldo Campiglia, presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento: "No plano social, o que se propõe é tirar de quem consome mais para dar a quem consome menos. O Estado é, em certos aspectos, o maior dentre os consumidores quando provê o necessário para a cobertura do déficit público e das estatais. Esperamos que grande parte dos recursos não seja destinada a esse fim, o que só será evitado se for feita a reforma administrativa e disciplinadas as finanças da União".

Incompleto sem O Segundo Tempo

José Carlos Moraes de Abreu, presidente do Banco Itaú: "No conjunto, essas medidas poderão significar volumosa transferência de recursos para o setor público. A parte da arrecadação está montada. Falta montar agora a disciplina dos gastos. Se não for complementado com a reforma administrativa e definidos os cortes nos gastos do governo, esse pacote terá pouco efeito. Sem o segundo tempo, esse será um pacote incompleto".

Medidas Antipáticas mas Indispensáveis

Jânio Quadros, prefeito de São Paulo: "As medidas podem não ser simpáticas, mas me parecem absolutamente indispensáveis. Acredito que o governo federal ainda deverá fazer novas revisões no plano no sentido de complementar a legislação de natureza econômica adotada com a instauração do cruzado e o combate à inflação. O subsídio não é a melhor solução, pois o governo perde dinheiro, compromete e desmoraliza o poder público".

Um Pacote Oportuno Correto e Corajoso

Paulo Renato Costa Souza, reitor da Universidade de Campinas: "O novo pacote econômico é oportuno, correto e corajoso. O setor público estava impossibilitado de fazer novos investimentos, enquanto, por outro lado, registrava-se um superaquecimento do consumo em setores estratégicos. Com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, fica viabilizado o investimento do setor público, mantendo a economia em crescimento e resfriando o consumo em segmentos de classes médias e altas".

Solução melhor do que aumento

Enio Rodrigues, presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro: "O empréstimo compulsório para a captação de recursos necessários ao desenvolvimento de grandes projetos nacionais, apesar de não ser a forma ideal, é melhor do que a solução via aumento da tributação. O empréstimo é um método transitório de aumento da receita, ao contrário do imposto, que é permanente".